

A FUNÇÃO SINTÉTICA E MEDIADORA DA IMAGINAÇÃO NA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA* DE KANT

THE SYNTHETIC AND MEDIATING FUNCTION OF IMAGINATION IN KANT'S *CRITIQUE OF PURE REASON*

MARDONES S. SILVA¹

DOI: 10.5281/zenodo.15973888

RESUMO: No presente artigo buscaremos mostrar a importância da faculdade da imaginação na *Crítica da Razão Pura* de Kant, expondo suas funções de síntese na construção do conhecimento e de mediação entre as faculdades da Sensibilidade e do Entendimento, bem como diferenciar a síntese figurada da imaginação da síntese intelectual do entendimento. Dessa forma nos delimitaremos a filosofia teórica e ao uso da imaginação na construção do conhecimento, partindo da primeira *Crítica*, tendo como auxílio os *Prolegômenos* e a *Antropologia* para esclarecer alguma informação conflitante do texto original e as interpretações de Heidegger e Calábria como fio condutor para clarificar o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginação; Conhecimento; Síntese; Mediação; Kant

ABSTRACT: In this article we will seek to show the importance of the faculty of imagination in Kant's Critique of Pure Reason, exposing its functions of synthesis in the construction of knowledge and mediation between the faculties of Sensibility and Understanding, as well as differentiating the figurative synthesis of imagination from the synthesis intellectual understanding. In this way, we will delimit ourselves to theoretical philosophy and the use of imagination in the construction of knowledge, starting from the first Critique, using the *Prolegomena* and *Anthropology* as an aid to clarify some conflicting information in the original text and the interpretations of Heidegger and Calabria as a guiding thread to clarify the theme.

KEYWORDS: imagination; knowledge; synthesis; mediation; Kant

¹ Graduando em Filosofia na Universidade Federal do Pará (UFPA)

INTRODUÇÃO

No prefácio da *Crítica da Razão Pura*, Kant diz que entendimento e sensibilidade são os dois troncos do conhecimento oriundos de uma mesma raiz (KrV, B 29), deixando, entretanto, uma incógnita de qual seria essa raiz e sobre sua natureza criadora com poder de gerar duas fontes de conhecimento tão distintas.

No seu *Kant e o problema da metafísica* (§27, p. 147), Heidegger vai identificar essa raiz como sendo a imaginação, apresentada pelo próprio Kant na analítica transcendental como a mediadora entre as outras duas faculdades do conhecimento. Para além da questão sobre se a imaginação é ou não a faculdade fundante do conhecimento do ser racional finito, como Heidegger afirma, o problema da imaginação no que se refere às suas funções, localização entre as faculdades e abrangência, é um problema que parece estar no cerne da filosofia kantiana (e talvez de toda a epistemologia), arrastando-se por outras obras tardias do autor como na *Crítica do Juízo* e na *Antropologia*.

Neste trabalho tentaremos reconhecer o papel mediador e sintético que a imaginação desempenha na *Crítica da Razão Pura* e distinguir a síntese figurada da síntese intelectual, mostrando assim, o quanto entender o papel da imaginação é primordial para a compreensão de toda a obra. A imaginação é trabalhada no capítulo da *Analítica transcendental*, que, segundo Heidegger, é a parte mais importante da primeira *Crítica* kantiana e que sofreu maior alteração na revisão feita por Kant anos depois do seu lançamento original, movida entre outras coisas por questionamentos acerca de uma certa prioridade ao empirismo. Nesta segunda versão da *Crítica* (B), Kant parece tolher a imaginação de boa parte de seus poderes, tirando-lhe a autonomia e passando ao entendimento o cargo de prescrever leis operacionais à imaginação.

1. A IMAGINAÇÃO A PROPÓSITO DO CONHECIMENTO

O criticismo kantiano tem como um dos seus objetivos investigar quais são as condições de possibilidade do conhecimento humano, e para isso Kant funda sua filosofia transcendental, na qual busca entender de que forma os conceitos se referem de forma objetiva à realidade empírica. A forma com que esses conceitos se referem a objetos de forma apriorística é o que se chama de revolução copernicana, ou seja, não é o intelecto que precisa se regular pelos objetos, mas os próprios objetos enquanto pensados que concordam com os conceitos do entendimento. (KrV, B xvi)

É no capítulo da *Analítica dos Conceitos*, que Kant analisa a faculdade de formar

conceitos, ou seja o *Entendimento*. Diferentemente da Estética Transcendental, onde foi mostrado que tempo e espaço são condições *a priori* da existência de objetos sensíveis, e, portanto, são intuições puras, aqui, Kant busca mostrar que os conceitos discursivos do entendimento se referem de forma *a priori* às representações da intuição pura, diferenciando a lógica formal e vazia de Aristóteles, da lógica transcendental que não abstrai o conteúdo, mas mantém a ligação com as intuições em geral. Para legitimar esses conceitos puros do entendimento não será possível uma simples demonstração, mas uma dedução transcendental das categorias.

Se, por um lado, pela intuição os objetos nos são dados na sensibilidade, por outro eles são pensados discursivamente pelo entendimento, e isso se dá através de doze categorias responsáveis pela unificação do múltiplo sob uma mesma representação: o conceito. Grossso modo, é dessa forma que se dá o conhecimento para Kant, mas a pergunta essencial é: como a multiplicidade da sensibilidade pode ser reunida num conceito único do entendimento se ambas as faculdades que formam as duas fontes do conhecimento têm naturezas distintas, sendo a sensibilidade receptiva e o entendimento espontâneo?

1.1 AS SÍNTESES

A natureza espontânea do pensamento exige que o múltiplo da intuição dada *a priori* seja ligado numa ação chamada de síntese. “Por síntese entendo, no sentido mais amplo, a ação de acrescentar diversas representações umas às outras e de conceber a sua multiplicidade num conhecimento” (KrV, B 103). Essa síntese, em geral, é atribuída como simples efeito da capacidade da imaginação sem a qual não teríamos nenhum conhecimento. Ainda assim, reportar essa síntese aos conceitos é trabalho do entendimento que então completa o processo do conhecimento propriamente dito. Segundo Kant, essa mediação entre o que é intuído na sensibilidade e pensado no entendimento, acontece em três momentos: a sinopse do diverso na intuição, síntese da reprodução na imaginação e unidade do reconhecimento no conceito.

1.2 SINOPSE NA APREENSÃO

Na síntese do diverso ou sinopse, etapa inicial do processo do conhecimento, nosso espírito (*Gemüt*) é afetado pelos objetos no sentido interno do tempo e externo do espaço (intuições puras); tais afecções contém uma diversidade entre si, distinguidas numa série de sucessões e são reunidas em um conteúdo na sensibilidade, este processo de distinção e limitação, recorte do tempo e espaço é propriamente a sinopse que nos dá uma intuição formal. Aqui, a Estética Transcendental oferece um conteúdo para a Lógica Transcendental.

Nessa primeira síntese a imaginação está fundamentalmente presente no seu caráter

ativo, já que pelos sentidos, receptivos, só podemos captar diferenças. Mas a sinopse é um ver conjuntamente. Portanto, ainda que em sua “função cega”, ela percorre e reúne essa diversidade em um conteúdo que possa ser compreendido (KrV, A 78/B 103), visto que “essa apreensão do diverso não produziria por si só, nem uma imagem nem um encadeamento de impressões” (KrV, A 120). Na sinopse é importante destacar que a sensibilidade é composta pelos sentidos e pela imaginação.

O resultado dessa primeira síntese parece ser uma imagem que representa a multiplicidade dada no diverso e agora reunida.

Mas, porque todo o fenômeno contém um diverso e, portanto, se encontram no espírito percepções diversas, disseminadas e isoladas, é necessária uma ligação entre elas, que elas não podem ter no próprio sentido. Há, pois, em nós uma faculdade ativa da síntese deste diverso, que chamamos imaginação, e a sua ação, que se exerce imediatamente nas percepções, designo por *apreensão*. A imaginação deve, com efeito, reduzir a uma imagem o diverso da intuição; portanto, deve receber previamente as impressões na sua atividade, isto é, apreendê-las. (KrV A 120).

Como vemos nessa passagem, a imaginação nos fornece uma intuição formal ao delimitar um momento no tempo (sucessão de agoras) e um lugar no espaço. Em sua dissertação de mestrado, Sehnem mostra que: “A passagem de uma sinopse a outra é este progresso na imaginação, que só pela síntese seguinte, a da reprodução, deixará entrever o tempo como sucessividade.” (Sehnem, 2009 p. 135)

1.3 SÍNTSE DA REPRODUÇÃO NA IMAGINAÇÃO

Em contraste com a natureza fundamental e apriorística da síntese na apreensão, a síntese da reprodução é de caráter empírico e por vezes atribuída por Kant à psicologia e à antropologia. (KrV B 152)

É, na verdade, uma lei simplesmente empírica, aquela, segundo a qual, representações que frequentemente se têm sucedido ou acompanhado, acabam finalmente, por se associar entre si, estabelecendo assim uma ligação tal que, mesmo sem a presença do objeto, uma dessas representações faz passar o espírito à outra representação, segundo uma regra constante. (KrV A 100).

É na síntese da reprodução, entretanto, que o conteúdo dado na apreensão de um objeto pode ser reproduzido como segunda atividade da imaginação ainda na sensibilidade. É na reprodução, por exemplo, que há a associação de representações no tempo sob regras apriorísticas:

Se uma certa palavra fosse atribuída ora a esta, ora àquela coisa, ou se precisamente a mesma coisa fosse designada ora de uma maneira, ora de outra, sem que nisso houvesse uma certa regra, a que os aparecimentos (*Erscheinung*) estivessem por si mesmos submetidos, não podia

ter lugar nenhuma síntese empírica da reprodução. (KrV B 101).

É pela síntese do diverso que temos acesso ao conteúdo da intuição, e pela síntese da reprodução temos o conhecimento da simultaneidade dessas representações como associadas umas às outras. É na síntese de reprodução, portanto, que temos o encadeamento de imagens permitindo compará-las e assim torná-las objeto de cognição.

Nessa segunda etapa da síntese, fica demostrada a capacidade ativa da imaginação em produzir representações e imagens sem a presença do objeto, gerenciando e associando o conteúdo dos dados sensoriais de modo a reproduzi-los novamente.

“A imaginação, como faculdade de intuições mesmo sem a presença do objeto, é ou produtiva, (...) ou reprodutiva, uma faculdade de exposição derivada que traz de volta ao espírito uma intuição empírica que já se possuía anteriormente.” (Anth, AA07: 167). Sobre essa capacidade escreve Heidegger:

A imaginação é um modo de intuir sensível “também sem a presença do objeto” (...) A imaginação pode, portanto, ser chamada faculdade de formar num duplo sentido peculiar. Enquanto faculdade de intuir ela é formadora num sentido de proporcionar a imagem (visão). Ela cumpre-se a si mesma enquanto faculdade que não está remetida a presencialidade daquilo que é intuível, isto é, ela cria e forma a imagem. (Heidegger, 2019 p. 139).

Claro que isso não significa dizer que a imaginação produz a própria matéria da sensibilidade, mas que ela produz um certo conteúdo a partir da matéria captada pela intuição. É preciso um estímulo dado na intuição para que a imaginação possa produzir essas representações e imagens (*exhibitio derivativa*). A imaginação reprodutiva é, portanto, como Kant alerta na *Antropologia* (Anth, AA07: 167), “incapaz de produzir uma representação sensível que antes nunca tenha sido dada a nossa faculdade sensível, mas pode-se sempre mostrar a matéria desta”

É claro que a imaginação tem maior liberdade, e pode apresentar e criar livremente aspectos de um objeto, fazer múltiplas combinações com esses dados da intuição, sendo nesse sentido totalmente originária (*exhibitio originaria*). Essa disposição, contudo, corresponde à capacidade poética da imaginação, como descrita por Kant na *Antropologia*, e é nesse sentido uma capacidade autora e inventiva com relação à “forma”. Ainda assim, a imaginação se mantém dependente do que foi intuído, como decreta Kant:

A imaginação não é, entretanto, tão criadora como se afirma. Não podemos pensar como adequada para um ser racional outra figura que a de um ser humano. Por isso, o escultor ou o pintor sempre faz um ser humano quando elabora um anjo ou Deus. Qualquer outra figura lhe parece conter partes que, segundo sua ideia, não se deixam unir com a constituição de um ser racional (com asas, garras ou patas). O tamanho, ao contrário, pode ser imaginado por ele como bem entender. (Anth AA07: 177).

Entretanto, não é nosso objetivo, trabalhar a imaginação em suas múltiplas capacidades, mas nos deteremos no que tange a elaboração do conhecimento e nos limitaremos sempre que

possível a *Crítica da Razão Pura*.

Voltando ao ponto central do nosso trabalho, a imaginação tem na construção do saber, um trabalho totalmente objetivo e *a priori* sendo, portanto, condição da possibilidade da experiência. Para Heidegger ela é inclusive o modo fundamental originário:

A imaginação forma de antemão a visão da objetualidade enquanto tal antes da experiência do ente, no entanto, esse formar na imagem pura do tempo está não apenas antes desta ou daquela experiência do ente mas de antemão sempre antes de qualquer experiência possível. (...) Portanto, é no esquematismo transcendental que a essência da imaginação de poder intuir sem presente é captada de um modo fundamentalmente mais originário. (Heidegger, 2019, p 142).

Nesse sentido, parece que a imaginação em conjunto com a sensibilidade nos fornece um “saber”, um conteúdo *a priori* que é essencial para o conhecimento, como descrito por Faria: “Este saber como etapa cognitiva que prepara a elaboração do conhecimento em Kant, provém exclusivamente da sensibilidade, sem recorrer ao entendimento.” (Faria, 2023 p.12). Esse “saber” (*Kennen*), corresponde segundo Calábria ao “aparecimento” (*Erscheinung*) que é a primeira forma do objeto indeterminado. Em seu artigo intitulado *A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno* (2006), Calábria expõe como Kant opõe essas duas palavras, que costumam ser traduzidas irrestritamente como “fenômeno”, para “mostrar que tem algo a mais no fenômeno que no aparecimento” (Calábria, 2006, p. 123). Esse algo, seria uma relação dos conceitos do entendimento e sua unidade, citando como prova cabal uma passagem da *Crítica*: “Aparecimentos (*Erscheinung*), na medida em que são pensados como objetos, segundo a unidade das categorias, chamam-se fenômenos (*Phaenomena*)” (KrV A 248). Portanto, seria apenas quando a sinopse do diverso dado na sensibilidade pura, sintetizado na imaginação reprodutiva, são reportados por meio do esquematismo do entendimento puro, que surge o fenômeno (*phaenomenon*), conhecimento propriamente dito e a experiência em seu sentido pleno (Calábria, 2006, p. 125).

Em um artigo de 2017, Ramos diverge dessa interpretação sobre os aparecimentos e partindo da divisão da intuição em Pura (Formas de espaço e tempo) e empírica (matéria da sensação), apresenta uma versão “conceitualista” que diz que de alguma forma as intuições estão “carregadas de conceitos ou têm conteúdo conceituais.” (Ramos, 2017, p. 74). Seguindo a explicação de Kant, argumenta que a intuição pura constitui a sensibilidade e contém os princípios (regras e relações) da matéria da sensibilidade, contendo o conjunto dos elementos (sensação) que são ordenados pelas relações de tempo e espaço.

Em resumo, o aparecimento seria o objeto resultante da simples relação entre intuição pura e intuição empírica. A interpretação de Ramos tem um motivo nobre de tentar evitar que a filosofia de Kant caia em uma “metafísica da subjetividade” resultando na negação da possibilidade de verificação empírica dos *a priori*.

Entretanto essa leitura nos parece problemática, pois apesar de partir da base sólida e quase sem grandes polêmicas da Estética Transcendental, ela ignora o fato de que a Faculdade da imaginação é pertencente da sensibilidade ainda que tenha um caráter espontâneo (o que é justamente o foco do nosso texto).

A sensibilidade [Sinnlichkeit] na capacidade do conhecimento (a capacidade das representações na intuição) contém duas partes: o sentido [Sinn] e a faculdade da imaginação [Einbildungskraft]. A primeira é a capacidade de intuição na presença do objeto e, a segunda, também sem a presença deste (Anth: AA 07: 152).

Ou seja, a imaginação é tanto responsável direta pelos aparecimentos enquanto um saber grosseiro produzido pelo múltiplo intuído, como pelo caminho inverso da *sensificação* de um conceito na intuição via esquematismo. Aliás, é justamente no esquema que a imaginação possui seu núcleo de natureza dupla, tanto sensível quanto conceitual. Os princípios gerais da intuição pura (regras e relações de tempo e espaço) possibilitam a sensibilidade como intuição empírica dos sentidos (*Sinn*), não do objeto enquanto algo pré-determinado como é o aparecimento cuja forma e matéria é sintética, e portanto, pressupõe a imaginação como parte ativa e complementar da sensibilidade.

Tempo e espaço, em sua receptividade pura nada ordenam, apenas oferecem o “dado” que precisa ser ordenado para vir a ser uma representação (*synthesis speciosa*). Mesmo nos níveis mais elementares da sensibilidade como na *sinopse*, a imaginação determina o sentido interno do tempo como mostrado acima.

Aqui, entendemos que todo o processo de síntese é feito pela imaginação já que síntese é unir o múltiplo do diverso numa representação comum: mesmo a sinopse, enquanto “ver em conjunto” seria impossível sem a ação original da imaginação. Assim sendo, na passagem da síntese da reprodução na imaginação para o conceito no entendimento há um processo que se assemelharia mais a uma tradução (visto como mediação de duas unidades) do que de síntese (visto como ligação de um múltiplo). Sobre isso cito Kant: “Com efeito, a razão pura deixa tudo ao embargo do entendimento que se refere imediatamente aos objetos da intuição ou, antes, à síntese na capacidade da imaginação.” (KrV A 326). Ou seja, o entendimento não faz síntese propriamente dita, pois essa síntese é “simples capacidade da imaginação” e, portanto, o que o entendimento faz é se referir a essa síntese como produto unificado em um esquema que, pelo esquematismo, o entendimento “soletra fenômeno” como conceito discursivo. Tanto é, que aqui entram os esquemas transcendentais, capítulo em que aparece pela primeira vez a expressão “*Phaenomena*” e que se refere a um objeto determinado.

1.4 SÍNTESE (UNIDADE) DA (RE)COGNIÇÃO NO CONCEITO

A síntese intelectual é aquela que deve reunir em um conceito discursivo a diversidade

dada na intuição e reproduzida na imaginação. Há aqui uma distinção clara sobre o papel da imaginação e sua tripla síntese na sensibilidade e do entendimento na sua unidade espontânea do conceito.

Esta síntese do diverso da intuição sensível, que é possível e necessária *a priori*, pode denominar-se *figurada* (*synthesis speciosa*), para a distinguir da que, em relação ao diverso de uma intuição em geral, seria pensada na simples categoria e se denomina síntese do entendimento (*synthesis intellectualis*); ambas são transcendentais, não só porque se processam *a priori*, mas também porque fundamentam *a priori* a possibilidade de outros conhecimentos *a priori*. (KrV B 151).

É nesta etapa que os aparecimentos se tornam fenômenos determinados conceitualmente e que aquele primeiro saber (*Kennen*) se eleva a um conhecimento (*Erkenntnis*) (KrV A 78)². É também complemento da síntese pura, que fundamenta a unidade sintética *a priori* e que torna possível a matemática, já que o simples contar (1, 2, 3...) pressupõe uma unidade de consciência, o Eu Penso. Essa unidade de consciência só é possível porque temos memória (consciência de consciência), sendo a imaginação condição desta só que mais abrangente. Aqui a memória se diferencia da imaginação enquanto fantasia, já que ela é capaz de reproduzir representações passadas de forma voluntária, ordenada e fiel. (Anth, AA07 § 34).³

O pensamento determina, mediante a síntese (*synthesis intellectualis*) os objetos em sua mesmidade reunindo-os sobre uma das categorias do entendimento. Essa regra de unificação (pensamento puro) é fundante da objetividade de todas as nossas representações, o que permite sua reprodução universal.

A intuição dada deve ser subsumida a um conceito que determina a forma do juízo em geral com relação à intuição, conecta a consciência empírica desta última em uma consciência em geral e, com isso, dota os juízos empíricos de validade universal. (Prol, AA 04: 300).

A consciência (apercepção transcendental) é, portanto, unificadora da experiência (KrV A 103), já que deve poder acompanhar todas as minhas representações. A divisão das funções da faculdade da imaginação e do entendimento na constituição da síntese intelectual, bem como a mediação entre as sínteses feitas na sensibilidade e agora reportadas ao entendimento puro, talvez seja o ponto de maior dificuldade para qualquer um que se aventure a estudar detidamente a *Crítica da Razão Pura*. Para Vaccari ambas as faculdades estão imbricadas aqui:

A cognição é, então, o momento daquela mesma síntese em geral da imaginação da qual ela está em contato direto com o entendimento puro, logo, naquele terreno em que a imaginação

2 Na Lógica Jasche (Ak 65 A 97) Kant descreve os graus de conhecimento em uma ordem crescente e entre o terceiro grau, Saber (*kennen*) que diz respeito da diferenciação dos objetos e o quarto grau, Conhecer (*Erkennen*) que é saber algo com consciência ou reconhecer, Kant deixa explícito que essa última é o que nos diferencia dos animais.

3 Essa distinção entre imaginação e memória não é tão clara na KrV, com Kant confessando que as fronteiras dessas faculdades, pelos seus aspectos semelhantes, são muito tênues. (KrV A 694/B 677). Sobre as características transcendentais da memória indico a leitura do artigo de Luiz Pacheco (2011).

dificilmente se distingue do entendimento enquanto ambos são exercício de espontaneidade. (Vaccari, p.76).

Vaccari parece aqui aproximar as duas faculdades de síntese, pois para ele, o entendimento jamais poderia reconhecer algo que não lhe fosse próprio. Nesse sentido a imaginação seria uma espécie de metamorfose do próprio entendimento capaz de lidar diretamente com a sensibilidade, e assim tomar consciência do seu trabalho na recognição. O problema dessa leitura de Vaccari é que ela anula a imaginação enquanto faculdade autônoma, já que ela parece se transformar em apenas um exercício do próprio entendimento, e ao fazer isso, as velhas questões sobre a mediação daquilo intuído na receptividade da sensibilidade e pensado de forma espontânea no entendimento continua obscuras.

Com uma interpretação diferente, temos a leitura de Heidegger, na qual a imaginação não apenas é uma faculdade autônoma como também raiz comum dos dois troncos do conhecimento. Sensibilidade e entendimento são aqui ligados umbilicalmente à imaginação. Entretanto, essa ligação não é como se as duas faculdades responsáveis pelo conhecimento fossem produtos da imaginação, mas “(...) que a estrutura dessas faculdades está enraizada na estrutura da imaginação transcendental, de tal modo que esta só pode ‘imaginar’ algo na unidade estrutural com aquelas duas.” (Heidegger, 2019 p. 148)

Em sua tese de doutorado sobre a imaginação, Calábria faz um extenso estudo sobre o seu *status* enquanto faculdade, e sua *conduta*, modos de operar. Essa parece ser uma maneira interessante de abordar o tema, já que o que se busca aqui é determinar a imaginação. Calábria se apropria principalmente do texto da *Antropologia* por ser o último escrito de Kant, e sua posição é de afirmar a imaginação com identidade própria, ou seja, como capacidade (faculdade) que ao lado dos sentidos interno e externo compõem a sensibilidade e ao mesmo tempo tem um caráter espontâneo semelhante ao do entendimento, o que a torna também produtiva e reprodutiva. Mas o que chama a atenção é seu modo de operar, que Calábria apresenta de duas formas: autônoma e heterônoma.

(...) ela pode assumir tanto uma conduta autônoma quanto heterônoma, dependendo do tipo de síntese que ela efetua; no primeiro caso (autonomia) correspondendo às duas primeiras sínteses descritas na primeira versão da *Dedução*, isto é, a da apreensão na intuição e a da reprodução na imaginação que reúne subjetivamente a multiplicidade sensível dada pelos sentidos no objeto chamado aparecimento, enquanto que no segundo caso (heteronomia) correspondendo à síntese da recognição no conceito que unifica objetivamente, ou seja, sob regras provenientes do entendimento, o múltiplo anteriormente reunido no aparecimento, transformando-o assim no objeto da experiência denominado de ‘fenômeno’. (Calábria, 2011, p. 117).

Sendo assim, na conduta autônoma, a imaginação realiza as duas primeiras etapas da tripla síntese sem as regras alheias do entendimento, bem como outras operações descritas na *Antropologia* e na *Terceira Crítica* que tem relação com o caráter fantasioso e artístico. Sua

conduta heterônoma seria apenas em relação às operações do esquematismo onde atua sobre regras do entendimento a propósito do conhecimento objetivo. Essa interpretação, parece-nos mais equilibrada porquanto mantém a identidade da imaginação enquanto faculdade, e harmoniza através de seus modos de operar com as outras duas faculdades do conhecimento, sendo seu principal trabalho o de síntese o qual cria as representações na sensibilidade, já que pelos sentidos (*Sinn*) só temos estímulos desconectados. Assim, a imaginação é uma faculdade de formar (síntese figurada), vista como uma “*nature formaliter*” que possibilita não o conhecimento das coisas em si mesmas, mas da experiência possível. (Prol, AA 04: 296-297)

2. OS ESQUEMAS DA IMAGINAÇÃO TRANSCENDENTAL

Hannah Arendt diz que “O papel da imaginação para nossas faculdades cognitivas é talvez a maior descoberta de Kant na *Crítica da Razão Pura*.” (Arendt, 1993, p. 12), acrescentando que a intuição sempre nos dá apenas algo de particular (esta), enquanto o conceito o torna conhecido para nós (mesa) em uma relação de completude. E ao se questionar sobre o que liga essa relação, pergunta se o conceito também não é algum tipo de “imagem”. Para Arendt, ao produzir uma síntese do múltiplo, a imaginação gera uma espécie de imagem para o conceito, o esquema.

Os esquemas transcendentais são, sem dúvida, a chave para entender como um múltiplo sensível pode ser conceitualmente determinado, pois essa subsunção, como veremos, só é possível pela natureza dual dos esquemas, produto da imaginação transcendental.

É claro que tem de haver um terceiro termo, que deva ser por um lado, homogêneo à categoria e, por outro, ao fenômeno e que permita a aplicação da primeira ao segundo. Esta representação mediadora deve ser pura (sem nada de empírico) e, todavia, por um lado, *intellectual* e, por outro, *sensível*. Tal é o *esquema transcendental*. (KrV B 177).

Sem um esquema não poderíamos reconhecer nada e nem nos comunicar, já que quando dizemos “mesa” a imagem geral de mesa está já no espírito e reconhecemos que esta “mesa” em particular está contida no conceito de “mesa” como universal. Dito de outra forma, o conceito empírico de prato, por exemplo, possui uma homogeneidade com o conceito geométrico puro de círculo, sendo a rotundidade deste pensada e naquele intuída (KrV B 176).

É preciso, entretanto, distinguir a imagem do esquema, já que uma imagem é um produto empírico da capacidade de reprodução da imaginação e o esquema é um método pelo qual se torna possível representar essa imagem e determiná-la na intuição de forma *a priori*. Um esquema tem, portanto, maior abrangência e engloba todas as possibilidades de geração de imagens, não sendo possível, porém, ser reduzido a qualquer imagem.

Nenhuma imagem de um triângulo em geral seria jamais adequada ao seu conceito. Com

efeito, não alcançaria a universalidade do conceito, ao qual faz com que esta valha para todos os triângulos, retângulo, isósceles etc., O esquema de um triângulo só pode existir no pensamento, e significa uma regra de síntese da capacidade da imaginação com vistas as figuras puras do espaço. (KrV B 180).

Como vimos no trecho acima, os esquemas não são abstrações empíricas nem oriundas do entendimento, mas algo além e entre as faculdades do entendimento e da sensibilidade, um produto feito pela imaginação pura com ingredientes tanto da intuição pura (tempo e espaço) quanto das regras das categorias do entendimento (conceitos) (KrV A 94).

É pelos esquemas que podemos reconhecer os conceitos nos objetos sem os quais, segundo Arendt, seriam apenas “este, este, este...” e nunca teríamos conhecimento propriamente dito e nem comunicável.

Vale salientar ainda que ao mesmo tempo que os esquemas, fruto da imaginação transcendental criados sob regras do entendimento, são responsáveis pela subsunção de objetos ao um conceito, eles também são, em contrapartida, os responsáveis pela *sensificação*. Os dois movimentos são complementares. “a síntese figurativa, através da qual construímos um triângulo na imaginação, é precisamente a mesma que exercemos na apreensão de um aparecimento” (KrV B 271).

CONCLUSÃO

Como vimos em nossos estudos, a imaginação parece ser um ponto fundamental para compreensão da teoria kantiana do conhecimento, sendo muito importante como mediadora e sintetizadora daquilo que é intuído pelos sentidos, trabalhado na imaginação e reportado ao entendimento de uma forma que possa ser adequado as categorias, dessa forma, sendo coprodutora do conhecimento em si. A importância da imaginação na *Crítica*, nos parece central e, segundo Calábria, é um dos motivos que fez Kant reescrever toda parte da Analítica dos Conceitos, deslocando na versão B a unidade sintética *a priori* da imaginação para o entendimento. Esse deslocamento se daria em função de uma melhor compreensão da decomposição do entendimento, que esse capítulo tem por objetivo, mesmo que não exatamente para tirar a importância dessa faculdade na sua contribuição para o conhecimento que se mantém no capítulo inalterado sobre o esquematismo.

Sem a imaginação, a pergunta sobre “como a intuição pode se tornar conceito” volta. É na imaginação que podemos, ainda que de forma pouco clara, ter uma noção e ser saciado dessa questão tão central para todo o conhecimento humano, pois ela é primordial para compreender a noção de síntese (como mantemos juntas as propriedades de um objeto), de temporalidade (num percorrer sucessivo de agoras intuídos) e a consciência (enquanto unidade geral das intuições dadas), bem como torna possível os juízos sintéticos *a priori* e os juízos estéticos. Sendo assim, a

imaginação em Kant traz uma originalidade incomparável com o conceito reduzido de Fantasia em Aristóteles, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hanna. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Tradução de André Duarte de Macedo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- CALÁBBRIA, Olavo. *A imaginação de Kant e os dois objetos para nós*. Tese de Doutorado em Filosofia, Belo Horizonte, UFMG, 2012.
- _____. A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno. In: *Kant e-prints*, v., 2006, p.119-126.
- FARIA, R. Oliveira. *Os papéis da imaginação na elaboração cognitiva do saber em Kant*. Uberlândia MG: UFU, 2023.
- FERRARIN, Alfredo. *Ensaios sobre Kant e a imaginação: história e funções de um conceito desabrigado*. Porto Alegre – RS: Editora Fi, 2017.
- HEIDEGGER, M. *Kant e o problema da metafísica*. Tradução de Alexandre Franco Sá e Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Ed. Veritas, 2019.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- _____. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 2001.
- _____. *Crítica da razão pura*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- _____. *Prolegômenos a qualquer metafísica que possa apresentar-se como ciência*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação liberdade, 2022.
- _____. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- _____. *Logik (Jäsche)*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1992.
- LUIS PACHECO, Héctor. *Kant on Empirical and Transcendental Functions of Memory*. Eidos 32, 2019.
- SOUZA, L.E.S. Notas sobre a estética transcendental de Kant: Intuição e Aparecimento, forma e matéria. In: *Kant e-prints*. v.12, 2017, p.68-103.
- VACCARI, U. Razzante. *O problema da imaginação nas duas edições da dedução transcendental das categorias*. Dissertação de mestrado em filosofia, São Carlos: UFSCar, 2008.
- SEHNEM, Cláudio. *A imaginação na crítica da razão pura*. Dissertação de mestrado em

Filosofia, São Paulo: USP, 2009.

PASCAL, George. *Compreender Kant*. Tradução de Raimundo Vier. Petrópolis – RJ: vozes, 2011.